

Coluna do Castello

Bem conduzidas as negociações: Lucena

A expectativa do governo brasileiro, depois de concluído o acordo com o FMI, é conseguir na negociação com os banqueiros privados uma redução de 37%

do valor do principal da dívida externa, embora o ministro da Economia admita que a redução possa ficar pelos 32%. Márcilio Marques Moreira mandará segunda-feira ao Senado cópia da minuta da carta de intenções ao FMI, a ser entregue pessoalmente a Camdessus, na expectativa de que seja estudada e aprovada no próximo mês. A partir da aprovação começaria o fluxo de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões que em consequência seriam destinados ao Brasil.

Essas as principais informações que animaram a conversa do ministro da Economia e do presidente e do diretor da área externa do Banco Central realizada na noite de quinta-feira na casa do senador Marco Maciel, presentes o presidente do Senado, Mauro Benevides, e os líderes de todos os partidos do Senado, inclusive Eduardo Suplicy, do PT. Estavam lá também Humberto Lucena, Fernando Henrique Cardoso, Maurício Corrêa, Afonso Camargo, Oziel Carneiro e Ney Maranhão. Maciel disse ter sido uma proveitosa reunião de trabalho. "O PMDB", disse o senador Lucena, "acompanhou com interesse as informações do governo e me parece que as negociações estão sendo bem conduzidas."

Para o líder do PMDB o ideal seria não pagar a dívida mas isso é impossível pois o país necessita acertar-se com seus parceiros e retomar condições de obter financiamento para seu projeto de retomada do desenvolvimento. Os juros continuarão a ser pagos na medida das possibilidades e, chegada a bom termo a negociação com o FMI, em março ou abril poderá estar equacionado o acordo com os banqueiros privados. A terceira etapa será a negociação com o Clube de Paris. Lucena, que espera receber na segunda-feira a minuta da carta ao FMI, está certo de que o ministro continuará a manter o fluxo de informações de que carece o Senado para exame final das negociações que dependerem do seu aval.

O senador Maciel está preocupado com a tramitação do projeto de reforma tributária e das emendas constitucionais. A reforma deverá sair já mas as emendas provavelmente só o serão no próximo ano. A urgência mesmo seria para a votação da emenda de ajuste fiscal, mas está certo de que, como não dispõe o governo de maioria quando se trata de lei complementar ou de



emenda constitucional, está na hora de participar pessoalmente o presidente da República dos entendimentos que removeriam as objeções que ainda persistem.

Como se sabe, o PMDB aprovará o projeto de reforma tributária desde que, por orientação de Quêrcia às lideranças, seja explicitado o uso a ser feito dos Cr\$ 12 bilhões de excesso de arrecadação previsto. O PMDB quer precaver-se e, eventualmente, se houver o que distribuir, estar em condições de pedir a sua parte. É o PMDB pragmático de Orestes Quêrcia. Já quanto ao ajuste fiscal, o problema é mais difícil pois Câmara e Senado resistem, segundo está visto na pesquisa de Goes & Piquet, a afetar interesses de municípios e estados tanto quanto os interesses corporativos dos servidores públicos.

Senado e Câmara coincidem, no entanto, na disposição de aprovar tudo quanto importe em abertura do mercado para investimentos externos. Márcilio na reunião contou conversas com empresários estrangeiros que lhe dizem sempre do seu interesse de aplicar no Brasil desde que conhecidas-as regras do jogo. Fez um apelo para que isso seja resolvido o mais cedo possível, pois quanto mais demorar pior para a retomada do desenvolvimento. Mesmo a Albânia já obteve em Bancoc o que vem sendo negado ao nosso país.

Humberto Lucena perguntou ao ministro qual o preço a pagar, pois teme que haja aperto insuportável para atender ao que quer o FMI. Sanear as finanças e produzir um superávit fiscal de 3% no fim do próximo ano é a meta imediata do governo. O líder do PMDB ainda tem dúvidas mas acha que é dever de todos colaborar no encontro de soluções que quebrem o impasse da economia brasileira.

Da parte do governo participaram da reunião, que foi das 8 da noite até quase 1 hora da manhã de ontem, o ministro Márcilio Marques Moreira, Francisco Gros, presidente do Banco Central, e Luiz Antônio Gonçalves, diretor da área externa. Dos parlamentares, além dos já citados, o senador Raimundo Lira, presidente da Comissão de Economia.

Quanto à hipótese de convocação extraordinária do Congresso para exame das emendas constitucionais, Marco Maciel informou que ela somente será feita se houver prévio entendimento de modo a assegurar a aprovação do que o governo considerar essencial, em termos de calendário. O resto poderia ficar para depois.

Carlos Castello Branco